

Antonio Negri e o triste fim do “operarismo” italiano

MARIA TURCHETTO *

Não é difícil, ao menos na Itália, encontrar um acordo lingüístico sobre o termo “operarismo”. Não há dúvidas sobre as principais revistas em torno das quais formou-se este filão de pensamento nos anos 60 e 70 (*Quaderni Rossi*, *Classe Operaia*, *Potere Operaio*), nem sobre os autores que são os seus principais expoentes (Raniero Panzieri, Mario Tronti e Antonio Negri têm sem dúvida uma destacada posição sobre muitos outros que deram também contribuições muito importantes¹). Sobretudo, é impossível não reconhecer um “operarista” quando se encontra com um deles: há quarenta anos de seu nascimento (que considero coincidir com a publicação do primeiro número dos *Quaderni Rossi*, em junho de 1961), o “operarismo” sedimentou-se em mentalidade, atitude e léxico.

De fato, não obstante desenvolvimentos, correções, viradas e variáveis tenham já produzido em seu interior uma variedade de posições, o “operarismo” manteve, senão uma autêntica coerência teórica, ao menos uma fisionomia bem definida. Alguns assuntos de fundo, tornados com o passar do tempo, verdadeiros cacoetes, o uso de certas passagens de Marx (o fragmento sobre as máquinas dos

* Professora do Departamento de Estudos Históricos da Universidade de Veneza, presidente da Associação Cultural “Louis Althusser” e integrante do Conselho de colaboradores internacionais de Crítica Marxista. E-mail: turchetto@interfree.it A tradução que publicamos é de autoria de Guilherme Cavalheiro Dias.

¹ Concordo, neste sentido, com Damiano Palano, “Cercare un centro di gravità permanente? Fabbrica, società, antagonismo”. *Intermarx. Rivista virtuale di analisi e critica materialista*, <http://www.intermarx.com/>. Neste ensaio, o autor, que co-divide alguns pressupostos do operarismo mesmo tomando-os criticamente, apresenta o percurso do operarismo propondo uma boa síntese e um interessante balanço.

Grundrisse, citação já ritualizada²), algumas “palavras-chave” (*general intellect*, composição de classe, autonomia) funcionam ainda hoje como um forte dispositivo de reconhecimento. Dispositivo talvez mais lingüístico que teórico, mais evocativo que realmente propositivo, e que todavia serve de referência a várias tendências daquilo que foi o “movimento” (outra palavra-chave) dos anos 70.

Hoje, o “operarismo” italiano é sobretudo uma referência empobrecida, uma coleta de palavras que tem a aparência de uma teoria e que agrega unidade e identidade aparente a posições confusas, refém de modas culturais ou da nostalgia. Todavia, essa resistência, essa capacidade de sobreviver e de oferecer um pensamento diverso nos tempos negros do pensamento único, sinalizam uma força originária que é levada a sério.

Os anos 60: o “operário massa”

Então, partamos das origens: os anos 60, anos da experiência dos *Quaderni Rossi* e do grupo de jovens teóricos (Panzieri, Tronti, Alquati) que animam esta revista. Os anos 60 vêem as organizações históricas da classe operária submissas à idéia ortodoxa do progressivo “desenvolvimento das forças produtivas”, motor do caminho da humanidade para o comunismo, provisoriamente barrado pela “anarquia do mercado” e deformado pela iníqua distribuição da riqueza social que caracterizam o capitalismo. Esta idéia, que entende o capitalismo como propriedade privada e mercado e os contrapõe um socialismo entendido como propriedade pública e planificação, comporta a aceitação substancial da organização capitalista da produção. A elaboração de Raniero Panzieri põe algumas premissas teóricas decisivas para uma crítica radical desta proposição, colocando seriamente em discussão a visão apologética do progresso técnico-científico característica da tradição marxista. Em “Plususvalore e pianificazione”, escreve:

² Do “fragmento”, o trecho ritualmente citado é o seguinte: “O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se apóia a riqueza odierna, apresenta-se como uma base miserável com relação à nova base que foi criada pela mesma grande indústria. Não apenas o trabalho em sua forma imediata deixou de ser a grande forma da riqueza, o tempo de trabalho deixa de ser e deve deixar de ser a sua medida, e assim o valor de troca deixa de ser medida do valor de uso. A *mais-valia da massa* deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, assim como o *não-trabalho de poucos* deixou de ser condição do desenvolvimento das forças gerais da mente humana. Com isto a produção baseada sobre o valor de troca arruína-se, e o processo de produção material imediato perde também a forma da miséria e de antagonismo. (...) o livre desenvolvimento da individualidade...” (K. Marx, *Lineamenti fondamentali della critica dell'economia politica*, Florença, La Nuova Italia, 1978, vol. II, p. 401.) Para quem hoje se identifica com o operarismo, este breve texto representa a referência de Marx *necessária e suficiente*: é tudo o que se precisa saber de Marx.

Diante do encontro capitalista de técnica e poder, a perspectiva de um uso alternativo (operário) das máquinas não pode, evidentemente, fundar-se na inversão pura e simples das relações de produção (de propriedade), concebidas como invólucro que a um certo grau de expansão das forças produtivas seria destinado a cair simplesmente porque tornado muito restrito: as relações de produção estão dentro das forças produtivas, estas são “plasmadas” pelo capital³.

Nessa perspectiva, a ciência, a técnica, a organização do trabalho vinham retiradas do limbo de um “desenvolvimento das forças produtivas” racional em si mesmo e separado das determinações sociais, para se configurarem como local fundamental do domínio “despótico” do capital⁴.

É bom sublinhar a importância teórica desta crítica: a sua originalidade faz do “operarismo” italiano daqueles anos um ponto alto da elaboração marxista européia. De um lado, realmente, trata-se de uma verdadeira “revolução copernicana” no que diz respeito ao marxismo oficial de matriz na III Internacional, de outro, não segue as vias “filosóficas” (o humanismo, como dirá Althusser) da Escola de Frankfurt e do chamado “marxismo ocidental”, até então a única voz dissonante da ortodoxia no panorama europeu, estreitando bem mais os laços com a luta operária.

A reviravolta de Panzieri conduz, antes de mais nada, a reavaliar algumas partes das análises marxianas largamente negligenciadas pela tradição marxista. Não somente o já citado fragmento sobre as máquinas dos *Grundrisse*, destinado a se tornar nos anos subsequentes “O texto” por excelência⁵; mas também (e sobretudo nessa fase) as temáticas da IV seção do Livro I de *O Capital* e o *Capítulo VI inédito*. Algumas categorias fundamentais utilizadas por Marx nas análises da indústria mecanizada (os conceitos de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital, a idéia de expropriação “subjéctiva” dos produtores em relação às “po-

³ Raniero Panzieri, “Plusvalore e pianificazione. Appunti di lettura del ‘Capitale’”, in: *Quaderni Rossi*, nº 4, 1964; depois in: S. Merli (Org.), *Spontaneità e organizzazione. Gli anni dei “Quaderni Rossi” 1959-1964*. Pisa: BFS Edizioni, 1994, pp. 54-55.

⁴ As duas faces do capital, para Panzieri, são “despotismo (plano) na fábrica” e “anarquia na sociedade” (idem, p. 55).

⁵ O fragmento vem citado pela primeira vez por Panzieri em “Plusvalore e pianificazione” e publicado no mesmo número 4 dos *Quaderni Rossi* na tradução de Renato Solmi. Talvez seja o caso de notar que Panzieri assinala em nota como o “modelo de ‘passagem’ do capitalismo *diretamente* ao comunismo” delineado no fragmento está em contradição com “numerosos trechos do *Capital*” (idem p. 68, in nota).

tências mentais da produção” etc.) são recuperadas e aplicadas ao estudo do “neocapitalismo” e da fábrica fordista⁶.

Abre-se a perspectiva para a idéia de que a expressão “modo de produção” empregada por Marx deve ser tomada muito mais ao “pé da letra” do que tenha feito o marxismo tradicional e, a partir dessa interpretação, as modalidades concretas pelo qual o trabalho é contingenciado dentro de uma organização tendo como objetivo a extração de mais-valia passam a ser o coração do problema. Portanto, o capitalismo não coincide com a propriedade privada e com o mercado, mas é, antes de mais nada, um tipo de organização do trabalho que encontra plena expressão nos cânones do taylorismo e do fordismo.

Nem se trata apenas de um “retorno” a Marx, pois que a instrumentalização analítica reencontrada nos textos marxianos serve, acima de tudo, para ler os processos em realização na Itália – os efeitos do desenvolvimento econômico do pós-guerra e da migração do sul para as capitais do norte – e para desenvolver novas e originais categorias interpretativas. Nascem aqui os conceitos de “composição de classe” e de “operário massa”, destinados a se tornar palavras-chave nos sucessivos desenvolvimentos do operarismo (mas também a ser amplamente acolhidos fora do âmbito marxista) e já presentes num ensaio de Romano Alquati sobre força de trabalho na Olivetti⁷ de Ivrea⁸. O “operário massa” é o novo sujeito produtor do “neocapitalismo”, tecnicamente desqualificado com relação à figura precedente do “operário especializado”, é “subjetivamente expropriado”, “realmente subordinado” ao capital, erradicado socialmente e politicamente privado de tradição. Todavia, é considerado portador de uma fortíssima potencialidade de conflito. A “composição de classe”¹⁰ quer exprimir o nexos entre características *técnicas*, objetivas, que a força de trabalho apresenta em um dado momento histórico pela sua colocação na organização capitalista do processo produtivo, e aquelas que são, diferentemente, suas características políticas, subjetivas: de fato, a síntese desses aspectos determinam o potencial da luta de classe.

⁶ Cf. Raniero Panzieri, “Plusvalore e pianificazione”, pp. 47-54.

⁷ Romano Alquati, “Composizione organica del capitale e forza-lavoro alla Olivetti”, in: *Quaderni Rossi*, nº 2, 1962, pp. 63-98. De maneira oportuna, Palano nota a ampla aquisição, nos anos 70, da categoria de “operário massa”: “As ironias sobre ‘sociologismo idealista do operário massa’, depois da explosão de conflitos dos anos setenta, deixaram lugar a uma verdadeira aceitação daquela abstração também da parte das ciências sociais oficial, dando espaço a uma espécie de legitimação da velha heresia.” (Damiano Palano, “Cercare un centro di gravità permanente?”, *op. cit.*).

⁸ Cidade poucos quilômetros ao Norte de Turim. N. do T.

⁹ No original, “operaio di mestiere”. N. do T.

¹⁰ Este conceito imita claramente o conceito marxiano de “composição orgânica do capital” como síntese de “composição técnica” e “composição de valor”.

Essa elaboração teórica encontra um referencial preciso na prática da luta de fábrica dos anos 60. São os anos nos quais se forma uma forte oposição contra a linha sindical oficial direcionada na defesa da “profissão” operária, linha que tinha se consolidado nos anos 50 como tentativa de defender a força de negociação com as lutas do primeiro pós-guerra. Os limites dessa batalha defensiva, que se baseava sobre uma não problematizada identificação da “profissão” com as “qualificações” ditadas pela organização capitalista do trabalho, emergem quando esta última é grandemente alterada pela introdução em larga escala dos métodos tayloristas e das linhas de montagem. Diante destas transformações, que são acompanhadas pela inserção de milhares de jovens sulistas enquadrados como operários comuns, a palavra de ordem da “profissão” se transforma em instrumento que enfraquece e divide a classe operária, defende posições adquiridas de um contexto produtivo que não existe mais na realidade, termina forçosamente com uma aliança entre as novas filosofias empresariais que defendem a colaboração entre trabalhadores e empreendedores e a integração do trabalhador na empresa. Como escreve Panzieri, na posição oficial do sindicato.

A substância dos processos de integração é aceita, reconhecendo-se neles uma necessidade intrínseca que surgiria fatalmente do caráter da produção “moderna” (...). Nem mesmo se suspeita de que o capitalismo possa servir-se das novas “bases técnicas” oferecidas pela passagem dos estágios precedentes àquele de mecanização estimulada (e automação) para perpetuar e consolidar a estrutura autoritária da organização fabril¹¹.

A desmistificação da palavra de ordem da “profissão”, a retomada dos temas da alienação e da desqualificação do trabalho, o processo que individualiza a homogeneização do proletariado por baixo e os fenômenos que neles estão acoplados têm nessa fase um evidente uso prático. O instrumento de pesquisa, no qual o grupo de *Quaderni Rossi* acredita fortemente, ajuda seu trabalho nesta direção e conjuga elaboração teórica com pesquisa de campo.

Esse “operarismo” das origens – em substância, a elaboração dos primeiros *Quaderni Rossi* – parece ter as credenciais para ser uma *boa teoria*: uma teoria que possui um forte catalisador crítico, que produz instrumentos analíticos e que orienta a práxis.

¹¹ Raniero Panzieri. “Sull’uso capitalistico delle macchine nel neocapitalismo”, in: *Quaderni Rossi*, nº 1, 1961. Publicado também em “Spontaneità e organizzazione”, p. 30.

Fábrica e sociedade

A onda de lutas operárias que culmina no “outono quente” de 1969 parece fornecer às premissas teóricas do operarismo uma extraordinária confirmação. O “operário massa” dá prova não somente de sua própria existência, mas igualmente de sua acalentada potência conflitual. É uma figura socialmente real e um sujeito politicamente forte, capaz de se colocar como ponto de referência para os outros movimentos que naqueles anos se exprimem na sociedade. Mais do que isso, o “operário massa” poderia tornar-se a vanguarda de um movimento revolucionário italiano.

Na verdade, sobre o nexo entre as lutas de fábrica e o projeto revolucionário já existiam divisões no interior de *Quaderni Rossi*. Em julho de 1963, Tronti, Negri, Alquati e outros saem da redação de *Quaderni Rossi* para dar vida, no ano seguinte, à revista *Classe Operária*. A propósito dessa ruptura, com alusão crítica à posição de Tronti, Panzieri escreve:

Um aspecto importante na situação atual é o perigo de trocar de modo imediato a “feroz” crítica implícita e freqüentemente explícita nos comportamentos operários às organizações. (...) por uma imediata possibilidade de desenvolvimento de uma estratégia revolucionária global, ignorando o problema dos conteúdos específicos e dos instrumentos necessários à construção de tal estratégia¹².

A continuidade instituída por Tronti entre lutas operárias e revolução, contestada por Panzieri, funcionava em dois sentidos: de um lado, a peculiar teoria do nexo entre fábrica e sociedade que este autor propunha já no ensaio “La fabbrica e la società”¹³ e que representa o nó central de toda a sua elaboração; de outro lado, a idéia de que a lógica da fábrica estende-se progressivamente a toda a sociedade, idéia em boa medida compartilhada também por Panzieri e destinada a ser co-dividida, mesmo com diversas diferenças, por todos os sucessivos desenvolvimentos do operarismo.

Segundo Tronti, entre fábrica e sociedade coloca-se antes de mais nada uma relação de *oposição*: a verdadeira contradição do capitalismo, para este autor, não é aquela entre “forças produtivas” e “relações de produção” teorizada pelo marxismo ortodoxo, mas aquela que opõe o “processo produtivo” que se desenvolve na fábrica ao “processo de valorização” que se desenvolve na sociedade¹⁴. Na sociedade, a

¹² Raniero Panzieri. “Spontaneità e organizzazione”, pp. XLVII-XLVIII.

¹³ Mario Tronti. “La fabbrica e la società”, in: *Quaderni Rossi*, nº 2, 1962. Publicado também em Mario Tronti. *Operai e capitale*. Turim: Einaudi, 1971.

¹⁴ Com um uso discutível da terminologia marxiana, Tronti entende por “processo produtivo” a esfera da produção e por “processo de valorização” a esfera da circulação das mercadorias e do dinheiro.

força de trabalho apresenta-se como *valor de troca*: nesse papel, o trabalhador é vítima do mercado, atomizado, inofensivo, consumidor passivo, incapaz de desenvolver qualquer resistência ao capital. Na fábrica, inversamente, a força de trabalho é *valor de uso*: enquanto tal, mesmo adquirida pelo capitalista, não cessa de pertencer ao mesmo trabalhador que, nessa base, conserva a própria capacidade de ser um antagonista e, inserido no mecanismo da produção cooperativa, a desenvolve em formas de ação coletiva.

Somente a fábrica, portanto, produz antagonismo. Se isto é verdade, um problema de estratégia revolucionária mais complexa em relação à espontaneidade das lutas de fábrica, como aquele projetado por Panzieri na citação precedente, nem sequer é colocado. Por exemplo, não se apresenta o problema de ligação entre lutas operárias e outras formas de protesto emergentes da sociedade. Como nota Palano:

O esquema de Tronti não deixava nenhum espaço à comunicação recíproca das lutas entre fábrica e sociedade: (...) os conflitos que tinham agentes não assalariados fora dos setores da produção imediata – em primeiro lugar os estudantes – somente poderiam ter um papel de simples sustentação ideológica ou de suporte organizativo¹⁵.

Na formulação trontiana, diziam, o problema da ligação entre lutas de fábrica e lutas sociais não se coloca. Por quê? Simplesmente porque ele *a priori* está resolvido. O desenvolvimento capitalista, de fato, estende-se progressivamente da fábrica à sociedade, “fábrica” a sociedade¹⁶. Assim, a oposição inicial entre fábrica e sociedade é destinada a se resolver na prevalência do primeiro termo sobre o segundo. Como tinha já dito Panzieri: “Quanto mais se desenvolve o capitalismo, tanto mais a organização da produção estende-se à organização da sociedade”¹⁷. Tronti reforça:

Ao nível mais alto do desenvolvimento capitalista, a relação social torna-se um *momento* da relação de produção, a sociedade inteira torna-se uma *articulação* da produção, isto é, toda a sociedade vive em função da fábrica e a fábrica estende o seu domínio exclusivo sobre toda a sociedade¹⁸.

¹⁵ Damiano Palano, “Sogni incubi visioni. Immagini della politica nella crisi della società del lavoro”, in: Michel Hardt, Antonio Negri e Damiano Palano. *Sogni incubi visioni. Politica e conflitti nella crisi della società del lavoro*. Milão: Lineacoop, 1999, p. 60.

¹⁶ A expressão é de Palano, cf. “Sogni incubi visioni”, p. 57.

¹⁷ Raniero Panzieri, “Plusvalore e pianificazione”, p. 68.

¹⁸ Mario Tronti, “La fabbrica e la società”, p. 51.

Na realidade, a semelhança geral das formulações citadas esconde diferenças significativas. Para Panzieri, a extensão da lógica da fábrica à sociedade consiste fundamentalmente no crescimento dos aspectos da *planificação* econômica que caracterizam o “neocapitalismo” em relação às fases precedentes mais “anárquicas”. Deste ponto de vista, Panzieri acaba filiado ao marxismo ortodoxo que lê o desenvolvimento histórico do capitalismo como uma sucessão de “estágios” nos quais o primeiro, representado pelo capitalismo de concorrência, é seguido por formas sempre mais “reguladas”: o capitalismo mono-oligopolístico primeiro, na época em que é teorizado por Lênin e Kautsky, e o “capitalismo planificado” (conceito não diverso daquele de “capitalismo monopolista de Estado” empregado pelo marxismo oficial) na época contemporânea. A única crítica, feita com frequência naqueles anos à formulação tradicional, consiste em negar que, nesse desenvolvimento em estágios, possa ser identificado um “estágio final”:

A planificação autoritária como expressão fundamental da lei da mais-valia e a tendência à sua extensão à produção social são intrínsecas ao desenvolvimento capitalista: na fase atual, esse processo surge com maior evidência, como aspecto distintivo da sociedade capitalista, em formas que são irreversíveis. Naturalmente, isto não significa que *hoje* se realize o “estágio final” do capitalismo, expressão ademais, sem sentido¹⁹.

Em todo caso,

permanece fundamental (...) a capacidade do sistema capitalista em reagir às consequências destrutivas do funcionamento de certas “leis”, passando a um estágio “superior”, introduzindo novas leis, destinadas a garantir a sua continuidade²⁰.

Na formulação de Tronti, a idéia da progressiva “fabricação” da sociedade tem, bem entendida, um significado diverso: não indica tanto o aumento de regulação e planificação, quanto a crescente funcionalidade de esferas de ação social diferenciadas da produção. Os dois autores, com formulações aparentemente similares, indicam *fenômenos diversos*: em Panzieri, a idéia de “plano” que da fábrica se estende à sociedade refere-se, substancialmente, ao fenômeno da crescente *concentração* capitalista e aos seus efeitos (com tons que evocam algumas vezes o “superimperialismo” de kautskiana memória)²¹; em Tronti, a idéia da extensão da

¹⁹ Raniero Panzieri, “Plusvalore e pianificazione”, p. 70 (in nota).

²⁰ Idem, p. 69.

²¹ Ibidem, pp. 57-70.

fábrica alude, de modo diferente, principalmente ao fenômeno da crescente *terciarização* (= expansão do setor de serviços, isto é, terciário) da economia. Contra a interpretação moderada corrente, que entende o crescimento do setor de empregados e de serviços como aumento das classes médias e conseqüente diminuição da classe operária, Tronti vê em tais processos a “(...) transformação de todo trabalho em trabalho industrial”²²; vê, portanto, a generalização da relação de trabalho assalariado, a proletarização de vastas camadas da população, a submissão direta às exigências da produção de setores tradicionalmente considerados improditivos.

O fundamento teórico desta análise reside numa leitura “hegeliana” de algumas indicações contidas na *Introdução* de 1857 de Marx, onde a produção pode ser considerada, de um lado, como momento “particular” junto a outros momentos particulares do processo econômico (distribuição, troca, consumo) e, de outro lado, como momento “geral” que “(...) comporta e supera tanto a si própria (...) quanto os outros momentos.”²³. Tronti interpreta esta passagem não como distinção conceitual, mas como *processo histórico*²⁴: com a ocorrência do desenvolvimento capitalista, a produção engloba progressivamente os outros momentos do processo econômico, no qual era originariamente distinta:

Quanto mais avança o desenvolvimento capitalista, quanto mais penetra e se estende a produção de mais-valia relativa, tanto mais necessariamente encerra-se o círculo produção-distribuição-troca-consumo, tanto mais, faz-se orgânica a relação entre produção capitalista e sociedade burguesa, entre fábrica e sociedade, entre sociedade e Estado²⁵.

Esta interpretação é decisiva para os desenvolvimentos posteriores do operarismo. De fato, é dessa premissa que nasce a idéia de “operário social”, uma forte intuição, mas, também, uma fonte de equívocos e sobretudo, em suas conclusões derradeiras, uma fuga da realidade. Se a fábrica engloba a sociedade e estende para onde quer que seja a sua própria lógica, se o processo social é, desde já,

²² Mario Tronti, “La fabbrica e la società”, p. 53.

²³ Karl Marx, *Introduzione a Per la critica dell'economia politica*. Roma: Editori Riuniti, 1974, p. 187.

²⁴ Nisto consiste o “hegelianismo” do qual dizia: tanto mais discutível, na medida em que a mesma *Introdução* de 1857 contém a advertência – explicitamente dirigida por Marx em relação a Hegel – a não confundir “o modo pelo qual o pensamento se apropria do concreto” com “o processo de formação do mesmo concreto”: “é por isto que Hegel caiu no erro de conceber o real como o resultado do pensamento” (K. Marx, *Introduzione*, p. 189).

²⁵ Mario Tronti, “La fabbrica e la società”, p. 51.

integrado num único e orgânico processo de produção-reprodução, então todos os membros subordinados da sociedade fazem parte de um complexo “operário social” contraposto a um capital que encarna todo “comando”.

Os anos 70: “operário social”

Em todo caso, não será Tronti que tirará essas conclusões. A categoria de “operário social” toma forma nos anos 70, tempos de crise, da reestruturação e da repressão política. Esse conceito está, sobretudo, no centro da elaboração de Antonio Negri.

Antes de mais nada, vejamos o novo contexto. Depois de 1973, o ciclo de lutas operárias entra em fase descendente. O espectro da recessão econômica, que se torna evidente com a crise do petróleo, funciona como potente instrumento de chantagem para forçar passagem a uma nova reestruturação produtiva. As novas tecnologias de informática e eletrônicas não estão ainda no horizonte ou mal começam a surgir; das virtudes do “modelo japonês” ainda não se fala; aquilo que no momento se projeta é uma reestruturação compreendida sobretudo como racionalização e redimensionamento das estruturas produtivas existentes, com um pesado preço a se pagar em termos de salário e de ocupação para a classe operária. A reestruturação, dentre outros pontos, redefine um sistema de atribuição e qualificações (o chamado “Enquadramento único” da FIAT é emblemático) que desmancha o igualitarismo das lutas dos anos 60 e devolve fôlego à velha linha sindical de defesa da “profissão”: esta última, de uma função defensiva passa a ter um valor marcadamente reacionário, tornando-se o veículo por onde passa uma nova divisão operária e sobretudo para obter a mobilidade da força de trabalho. Junto com os processos que acompanham a reestruturação – reorganização de seções, mobilidade, demissões – passam, naturalmente, a eliminação dos quadros operários mais ativos, a “normalização” das seções mais turbulentas, em uma palavra, o que podemos definir como uma consciente “decomposição de classe”: o dismantelamento *técnico* das antigas ordens produtivas é ao mesmo tempo dismantelamento *político* da força operária conquistada no ciclo de lutas precedente.

No plano político mais geral, as organizações históricas da esquerda continuam fiéis à velha idéia ortodoxa do “desenvolvimento das forças produtivas”. Mais do que isto, o proletariado é chamado a desfraldar a bandeira da “produtividade” deixada de lado por uma burguesia cada vez mais “parasitária”. O PCI daqueles anos defende essa ideologia até a aceitação integral de vários aspectos do capitalismo, compatíveis com o projeto político do partido até à palavra de ordem da “aliança de produtores” (classe operária e “capital produtivo” contra as chagas parasitárias do capitalismo), da “austeridade” e da “linha dos sacrifícios” que tanta

responsabilidade terão na pesada derrota operária dos anos 80²⁶. Ainda mais grave é a cumplicidade do PCI com a estratégia de criminalização do dissenso que chega em fins dos anos 70 através das leis especiais que surgem após o caso Moro. O terrorismo é o álibi para reprimir tudo aquilo que se move fora da esquerda parlamentar. O Poder Operário e outros movimentos que se filiam às posições do operarismo são as principais vítimas.

Neste clima, o complexo operarista divide-se em duas linhas que, na tentativa de responder à crise, tornam-se verdadeiras formas de escapismo: inicialmente, fuga para outras realidades, diferentes da fábrica; mais tarde, fuga da própria realidade, através de dimensões sempre mais utópicas e imaginárias.

A primeira linha é aquela tomada por Tronti: a “autonomia do político”. Diante de crescentes dificuldades e da previsível paralisação das lutas operárias, Tronti corta o nó górdio da relação fábrica-sociedade atribuindo ao Estado uma imprevista “autonomia” em relação à sociedade. Trata-se de reavaliar a ação *política* com relação à ação reivindicativa e de retomar o terreno do Estado onde o “partido operário” (também ele “relativamente” autônomo com relação à classe) podia conseguir as conquistas das lutas de fábrica no nível institucional. A linha da “autonomia do político” tem vida breve e serve sobretudo para conduzir uma parte dos militantes e dos teóricos operaristas (Cacciari, Asor Rosa, para lembrar os nomes mais ilustres) para a segurança da política parlamentar e da academia oficial. O resultado dessa *traição dos sacerdotes*²⁷ em massa foi a extinção de qualquer veleidade revolucionária e de toda originalidade teórica.

A linha tomada por Negri, aquela do “operário social”, revela-se a mais duradoura. O nascimento desta nova categoria, destinada a suplantar a categoria de “operário massa”, em geral é atribuída ao ensaio “Crisi dello Stato-piano” de 1971²⁸. mas com certeza a idéia se define principalmente na segunda metade dos anos 70. Não obstante o termo “Estado-plano” evocar o “capitalismo planificado” de Panzieri, a elaboração de Negri é bem mais próxima de Tronti com relação ao tema da

²⁶ O ano de 1980 apresenta uma reviravolta nas relações de força entre as classes. Na Fiat, há o anúncio de 14.469 demissões. Entre 1980 e 1986 a ocupação cai 40% enquanto a produtividade aumenta, no mesmo período, mais de 50% (cf. G. Bonazzi, *Lasciare la fabbrica: cassa integrazione e mobilità negli anni Ottanta*. Milão: Feltrinelli, 1989, pp. 34 e ss.).

²⁷ No original “*trahison des clercs*”. N. do T.

²⁸ Assim Palano, *Cercare un centro di gravità permanente?* e F. Berardi, *La nefasta utopia di Potere operaio. Lavoro tecnica movimento nel laboratorio politico del Sessantotto italiano*. Roma: Castelvecchi-DeriveApprodi, 1998. O ensaio de Negri, “Crisi dello Stato-piano. Comunismo e organizzazione rivoluzionaria”, foi publicado primeiro na revista *Potere Operaio*, nº 43, 1971 e, depois, *Feltrinelli* – Milão, 1974.

relação entre fábrica e sociedade, anterior à virada da “autonomia do político”: o que é enfocado é sobretudo o fenômeno da *terciarização*.

Diante das imponentes modificações provocadas – ou em vias de serem determinadas – pela reestruturação, o corpo da classe operária distende-se e articula-se em corpo de classe social (...). Depois que o proletariado tornou-se operário, o processo é inverso: o operário torna-se operário do setor terciário, operário social, operário proletário, proletário²⁹.

Além da inspiração trontiana, outras elaborações convergem na temática do “operário social”: de um lado, as pesquisas sociológicas de Alquati, que utiliza o termo para indicar um novo sujeito político, altamente escolarizado e, portanto, bem diverso do “operário massa” desqualificado, fruto dos processos de proletarização e massificação do trabalho intelectual³⁰, de outro lado, os estudos de caráter histórico conduzidos pelo Coletivo de Ciência Política da Universidade de Padova (do qual fazem parte dentre outros, além do próprio Negri, Sergio Bologna, Luciano Ferrari Bravo e Ferruccio Gambino) e que conduzem a uma nova visão do desenvolvimento capitalista e de seus “estágios”, destinada a ser um dos fundamentos do pensamento operarista.

A idéia que emerge desses estudos é de um desenvolvimento capitalista movido não tanto pela lógica do lucro quanto pelas lutas operárias. Taylorismo e fordismo, nessa ótica, respondem à necessidade, para o capital, de se libertar do “operário qualificado” que encontrava na própria profissão a alavanca para desenvolver um forte potencial antagonista³¹. De outra parte, o “operário massa”, que substitui o “operário qualificado”, se inicialmente representa uma solução do problema (as suas características de desqualificação e erradicação políticas e sociais o impedem de prosseguir e desenvolver o conflito nas formas organizativas do ciclo de lutas precedente), mostra-se capaz de exprimir uma específica capacidade de

²⁹ Antonio Negri, *Proletari e Stato. Per una discussione su autonomia operaia e compromesso storico*. Milão: Feltrinelli, 1976, p. 9.

³⁰ Cf. Romano Alquati, “Università, formazione della forza-lavoro e terziarizzazione”, in: revista *Aut aut*, nº 154, 1976.

³¹ Sergio Bologna, por exemplo, associa o movimento dos conselhos do primeiro pós-guerra, particularmente forte na Alemanha, à figura do “operário qualificado”: “Onde a indústria mecânica (...), eletromecânica e ótica eram mais concentradas, onde existia no interior da força de trabalho uma predominância do operário de indústria altamente especializado, onde o movimento dos conselhos adquirirá as suas mais fortes características político-gestionais.” Sergio Bologna, “Composizione di classe e teoria del partito alle origini del movimento consiliare”, in: Sergio Bologna *et al.* *Operai e Stato. Lotte operaie e riforma dello Stato capitalistico tra Rivoluzione d'Ottobre e New Deal*. Milão: Feltrinelli, 1972, p. 15.

resistência, adequada à nova organização do trabalho, mais coletiva e igualitarista e, por estes aspectos, ainda mais perigosa para o capital. A reestruturação dos anos 70, em consequência, é interpretada como necessidade do capital de se liberar do “operário massa”: manobra momentaneamente de sucesso, haja vista a paralisia dos conflitos de fábrica. Entretanto, o novo contexto produtivo fará emergir um novo sujeito antagonista. É o “operário social”: já deduzido teoricamente, restava apenas esperar messianicamente a sua manifestação concreta.

Negri leva às últimas consequências o determinismo implícito dessa cadeia de “estágios” invertida, nos quais é a classe operária que segue o capitalismo no desenvolvimento da técnica. Agrega a esta cadeia um *último* estágio: aquele profetizado por Marx no famoso fragmento sobre as máquinas (é a partir de Negri que essa citação torna-se um ritual). Com o enorme desenvolvimento técnico e científico,

“o roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se apóia a riqueza hodierna, apresenta-se como uma base miserável com relação à nova base que se desenvolve ao mesmo tempo que foi criada pela grande indústria (...). Com isto, a produção baseada sobre o valor de troca é arruinada”³².

Negri não tem dúvidas, a profecia de Marx já foi realizada: não é mais o trabalho que cria riqueza, mas a ciência e a técnica, o *general intellect* que não reside na fábrica e sim na sociedade. O capitalismo já foi extinto, superado pelo seu próprio desenvolvimento, economicamente inútil; sobrevive como pura vontade de domínio, mera coerção “política”, já desligada do processo de criação de valor.

O resultado é paradoxal, pois conduz a uma completa destruição das posições originais do operarismo. De um lado, a velha idéia ortodoxa do “desenvolvimento das forças produtivas” que move a história para o comunismo, objeto principal das críticas desenvolvidas nos *Quaderni Rossi*, é retomada na formulação de Negri com uma única diferença: são as lutas operárias (ao invés da “lei da mais-valia”, como teria dito Panzieri)³³ a forçar o capital em sua busca de inovações tecnológicas. De outro lado, a resistência ao capital, originariamente colocada na esfera da produção e considerada impraticável no âmbito da circulação das mercadorias e do consumo, é transferida para as “práticas da reprodução da força de trabalho”, categoria que compreende o comportamento dos operários externamente à fábrica (do consumo à circulação e à organização do tempo li-

³² Karl Marx, *Lineamenti fondamentali della critica dell'economia politica*. Florença: La Nuova Italia, 1978, vol. II, p. 401.

³³ Cf. Raniero Panzieri, “Plusvalore e pianificazione”, pp. 51 e ss.

vre), comportamento dotado de “autonomia” e investido de um imediato significado anticapitalista³⁴.

Os anos 80: as utopias tecnológicas

O restaurado determinismo tecnológico, junto à fuga da fábrica que a linha da “autonomia da reprodução” configura, formam um terreno extremamente favorável à recepção da grande campanha publicitária que, nos anos 80, acompanha a primeira grande onda de difusão das tecnologias baseadas na informática e na eletrônica. Evidentemente, as alternativas que o operarismo apresentava embotaram as “armas da crítica” e as novidades tecnológicas foram aceitas como boas, juntamente com todo o aparato publicitário que as acompanhava. Deve-se notar, todavia, que não era nem um pouco difícil refletir e criticar esse novo modismo.

A literatura que nos anos 80 acompanha o advento das novas tecnologias³⁵ é clamorosamente apologética: otimista, carregada de belas promessas, orientada – como toda publicidade – ao imaginário coletivo mais que à produção de conhecimento. Raramente a ciência que se ocupa desses problemas esteve tão próxima da ficção científica: misturando futurologia com fantasia sociológica, mostrava uma tecnologia *onipotente* diante de uma sociedade totalmente maleável. Não só onipotente, mas também *boa*, a tecnologia fará aquilo que os grandes movimentos sociais não souberam fazer: se encarregará de corrigir as deficiências do capitalismo, incluindo seus atos mais graves perpetrados contra a humanidade e a natureza. Não por acaso, as novas tecnologias aparecem contrapostas sistematicamente aos danos causados pelo velho modelo produtivo: insiste-se sobre o fato que são “limpas” (enquanto o velho modelo poluía), orientadas à economia energética (enquanto o velho desperdiçava), descentralizadoras (enquanto o velho gerava con-

³⁴ Cf. Antonio Negri, *La forma Stato*. Milão: Feltrinelli, 1977, pp. 310 e ss. Neste texto, Negri teoriza a “autonomia da reprodução da força de trabalho”, sustentando o estranhamento da “pequena circulação” (= a parte do capital antecipado, indicada com a letra L, com a qual o operário adquire os seus próprios meios de subsistência) frente à valorização capitalista: “O estranhamento de L e do consumo operário (...) presuppõe não somente a possibilidade de relativa independência dos consumos, necessidades e valores de uso da classe operária em relação ao desenvolvimento capitalista, mas também a forma de uma dialética (antagônica) neste terreno complexo” (idem, p. 314).

³⁵ Refiro-me aos vários “relatos” que naqueles anos tornaram-se verdadeiros *best sellers* (G. Friedrichs e Adam Schaff [Orgs.], *Rivoluzione microelettronica. Rapporto al Club di Roma*, Milão, Mondadori, 1982; S. Nora, A. Minc, *Convivere con il calcolatore*, Milão, Bompiani, 1979; Japan Computer Usage Development Institute, *Verso una società dell'informazione. Il caso giapponese*, Milão, Ed. Comunità, 1974) e também aos clássicos na matéria (Daniel Bell, *The coming of post-industrial society*, Nova York, 1973 e E. F. Schumacher, *Small is beautiful*, Londres 1973). Uma ampla resenha desta literatura está em P. M. Manacorda (Org.). *La memoria del futuro*. Roma: NIS, 1986.

centração industrial). Generalizando essas características, acaba-se por ver nas novas tecnologias um remédio definitivo aos defeitos não apenas do modelo de desenvolvimento do pós-guerra, mas de toda a industrialização.

Toma forma o mito da “sociedade pós-industrial”, verdadeiro *leitmotiv* dos anos 80, que desenvolve a idéia de “o pequeno é belo” até à fantasia da sociedade totalmente atomizada – onde as cidades são esvaziadas e os indivíduos vivem num paraíso despoluído, conectados por terminais através dos quais se comunicam, trabalham, instruem-se e fazem compras – e conjuga essa idéia com a idéia da “produção imaterial”. Outro mito dos anos 80 é o “fim do trabalho” – em realidade, um mito tão velho quanto o mundo, ou melhor, tão velho quanto a indústria mecanizada. A idéia do “fim do trabalho” funda-se sobre a generalização de *dois fatos* – fatos certamente correlatos, mas não de modo mecânico nem sequer idênticos – que acompanham as fases de reestruturação tecnológica: de um lado, o fato que muitas das novas tecnologias são tecnologias de *automação*, e assim comportam a substituição do trabalho humano; de outro lado, o fato que as reestruturações são acompanhadas sempre de amplos processos de *expulsão de mão-de-obra* (bem mais extensas do que o próprio processo de automação). Unidos à idéia arbitrária de que o trabalho é uma espécie de “produto” limitado, que pode acabar, os fenômenos da automação e da expulsão de mão-de-obra surgem como sinais de uma exaustão que está próxima ou que já indica a sua superfluidade.

Estes mitos agradam aos operaristas. A idéia da “sociedade pós-industrial” agrada-os porque parece confirmar a velha idéia da fábrica que se difunde e se dilui na sociedade até desaparecer. O mito do “fim do trabalho” agrada-os, naturalmente: a idéia da *inutilidade* do comando capitalista – no sentido precedentemente considerado – une-se alegremente à idéia da automação total que se considera já em prática, adiada apenas por uma perversa vontade de prolongar os limites da necessidade histórica da estrutura de poder existente. Nessa ótica, o comando capitalista é cada vez mais separado da produção material e da fábrica. No final, é apenas um *modo de pensar*, de representar a realidade, de produzir sentido e regras lingüísticas, difundido *em toda parte* e interiorizado por *todos*: operários “inteligentes” da fábrica integrada, engenheiros eletrônicos, gerentes, intelectuais. Todos pertencemos ao mesmo conceito “força de trabalho cognitiva” desse sistema enquanto o aceitamos; mas todos somos igualmente “intelectualidade de massa” capaz de retirar-se a si própria, no momento em que escolhermos o *êxodo* de que fala, por exemplo, Paolo Virno³⁶. Agradam-lhes, em geral, as palavras que alimentam os novos mitos e que são usadas para imaginar futuros sujeitos antagonistas que

³⁶ Cf. Paolo Virno, “Citazioni di fronte al pericolo”, in: *Luogo comune*, nº 1, 1990, pp. 9-13.

fazem lembrar o “operário qualificado”, o “operário massa”, o próprio “operário social” que – ai de mim! – nunca se manifestou.

Este exercício de imaginação, esta tentativa de evocar a fúria de novas palavras para salvar sujeitos que não existem, conclui a parábola do operarismo nos anos 90. Do “intelectual massa”, que conhece uma breve fortuna durante o efêmero movimento estudantil de 1990³⁷, ao “trabalhador imaterial”³⁸, aos “*Immaterial Workers of the World*” que deveriam fundar um novo “sindicalismo revolucionário” e transformar os “centros sociais” em “câmaras de trabalho pós-fordista”³⁹, o operarismo naufraga nessa busca de novos léxicos e velhas palavras de ordem, sucumbe às modas culturais e, através destas, às piores políticas neoliberais. Neste escapismo, Negri está ainda em primeiro plano: aliou-se à globalização, à Europa e ao federalismo, com formulações sempre mais delirantes (“federalismo nômade” como “programa dos proletários europeus” pela “reapropriação proletária dos espaços administrativos”⁴⁰). A propósito do Vêneto, insiste no “empreendedorismo comum”:

Este nosso Vêneto é rico e a sua riqueza foi produzida a partir de um comum empreendedorismo. Certamente, os heróis dessa transformação produtiva não são somente os patrões e os patrõeszinhos que se destacam hoje: são todos os trabalhadores vênéticos, todos que colocaram a serviço da comunidade esforço e inteligência, força de trabalho e força criativa. Eles investiram e acumularam profissionalismo e cooperação⁴¹ no bem comum, através dos quais a vida da população tornou-se produtiva.

O que podemos concluir deste raciocínio? Uma nova “aliança dos produtores”, como aquela que defendia o PCI nos anos de chumbo? Ou devemos acreditar que o “empreendedor massa” será o novo sujeito revolucionário do terceiro milênio?

Firme neste caminho, o operarismo tornou-se uma *péssima teoria*: um pensamento paralisado, que não produz crítica nem ilumina os fatos, uma ideologia consoladora, se não uma verdadeira alucinação que impede a visão daquilo que não deseja ver.

³⁷ O jornal *Il Manifesto* lança naquele ano um “Appello all’intellettualità di massa”, assinado por Bascetta, Bernocchi e Modugno (“Appello all’intellettualità di massa”, in: *Il manifesto*, 27 de fevereiro de 1990; publicado posteriormente em *Banlieus* (nº 1, 1997), que reagrupa aquilo que sobrou do campo operarista. O termo “intelectualidade de massa” é utilizado por Virno no artigo citado na nota precedente.

³⁸ Cf. Maurizio Lazzarato e Antonio Negri, “Lavoro immateriale e soggettività”, in: *DeriveApprodi*, nº 0, 1992.

³⁹ Cf. *Che te lo dico a fare?*, a firma “Immaterial Workers of the World”, in: *DeriveApprodi*, nº 18, 1999, pp. 31-39.

⁴⁰ Antonio Negri, “Biopolitica e contropotere”, in: *DeriveApprodi*, nº 18, 1999, p. 45.

⁴¹ A. Negri, *Lettera dal carcere di Rebibbia*, Roma 10/9/97, circulação na rede.

TURCHETTO, Maria. Antonio Negri e o triste fim do “operarismo” italiano. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.84-99.

Palavras-chave: Antonio Negri; Operarismo; Itália.